

PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 01/DSF/2018

**POLÍTICA DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E
FISCALIZAÇÃO**

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

**CÓDIGOS DE CONDUTA E POLÍTICA DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS DE
INTERESSES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

I. O OBJETO DA CONSULTA

O presente documento procede à apresentação e justificação dos projetos do Banco de Cabo Verde (“BCV”) sobre a política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, política de remuneração das instituições financeiras, acumulação de cargos e os códigos de conduta e política de prevenção e gestão de conflitos de interesses das instituições financeiras, destacando, fundamentadamente, os principais traços dos quadros regulatórios propostos.

Os projetos agora submetidos a consulta pública surgem no contexto do processo contínuo de modernização do Direito Bancário cabo-verdiano. Pretende-se que o sistema financeiro nacional esteja alinhado com os padrões internacionais, em reflexo dos critérios de integridade, segurança e robustez a que se sujeita a estrutura prudencial e de governo societário das instituições financeiras.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

1. Política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Este regulamento visa alterar e densificar o Aviso nº 4/2014, de 17 de outubro, fornecendo mais indicações às instituições financeiras para poderem assegurar a elaboração e implementação de uma política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização adequada ao propósito que as norteia.

Em relação a este projeto de Aviso, o BCV gostaria, em particular, de submeter à consulta pública as seguintes questões:

- a) Concorda com os requisitos de seleção dos membros dos órgãos de administração e fiscalização?**
- b) Concorda com a competência atribuída aos acionistas de cada instituição de aprovar a política interna de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização?**
- c) Concorda com o conteúdo mínimo da política de seleção e avaliação?**
- d) Concorda com os termos em que é prevista a consideração de requisitos de diversidade, com atenção ao elemento do género?**
- e) Concorda com os termos de implementação da política de seleção e avaliação?**

2. Política de remuneração das instituições financeiras

Este Aviso ocupa-se da fixação do regime atinente às políticas de remuneração a adotar pelas instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde. Trata-se de



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

uma componente essencial de alinhamento de interesses entre, de um lado, os dirigentes e, de outro lado, os interesses das instituições financeiras.

Em relação a este projeto de regulamento, o BCV gostaria, em particular, de submeter à consulta pública as seguintes questões:

- a) Concorda com os moldes da política de remuneração?**
- b) Concorda com os termos em que é prevista a definição e atribuição da componente variável da remuneração?**
- c) Concorda com os termos em que é prevista a compensação em caso de cessação antecipada do exercício de funções e por cessação do exercício de funções anteriores?**
- d) Concorda com os moldes da política relativa aos benefícios discricionários de pensão?**
- e) Concorda com as regras sobre o rácio entre as componentes fixa e variável da remuneração?**
- f) Concorda com os termos que regulam a possibilidade de diferimento da componente variável?**
- g) Concorda com os deveres assinalados às instituições financeiras em matéria de comunicação e divulgação da política de remuneração?**
- h) Concorda com os termos em que é fixada a obrigatoriedade da comissão de remunerações e competências que lhe são atribuídas?**



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

- i) **Concorda com a publicação da Política de Remunerações adotada por cada instituição financeira no sítio da internet respetivo?**

3. Acumulação de cargos

Este diploma ocupa-se da fixação do regime de apreciação das situações de acumulação de cargos a que se refere o artigo 31º, número 1, da Lei nº 62/VIII/2014, de 23 de abril.

Em relação a este projeto de Aviso, o BCV gostaria, em particular, de submeter à consulta pública as seguintes questões:

- a) **Concorda com o prazo e modelo de comunicação de pretensão de acumulação de cargos?**
- b) **Concorda com os termos em que pode ser deduzida oposição à acumulação de cargos?**

4. Códigos de conduta e política de prevenção e gestão de conflitos de interesses das instituições financeiras

Esta alteração do Aviso nº 3/2014, de 17 de outubro, vem estabelecer os termos a observar pelas instituições financeiras na elaboração, adoção e aplicação das Políticas de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses, de forma a possibilitar a identificação dos reais e potenciais conflitos de interesses que possam ocorrer no âmbito da atividade financeira exercida, bem como evitar, ou reduzir ao mínimo, o risco da sua ocorrência.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Em relação a este projeto de alteração, o BCV gostaria, em particular, de submeter à consulta pública as seguintes questões:

- a) Concorda com os moldes em que estão definidos os fundamentos dos Códigos de Conduta?**
- b) Concorda com os termos em que é definida dispensa ao Provedor do Cliente?**
- c) Concorda com a publicação dos Códigos de Conduta adotados por cada instituição financeira no sítio da internet respetivo?**
- d) Concorda com o conteúdo mínimo da política de prevenção e gestão de conflito de interesses?**
- e) Concorda com os moldes em que estão definidos os deveres de sigilo / segurança da informação?**
- f) Concorda com o conceito de informação privilegiada?**

II. O PROCESSO DE CONSULTA

De acordo com os seus princípios de política regulatória, o BCV entende submeter os descritos projetos a escrutínio público, para que todos os agentes do mercado e restantes membros da sociedade civil possam pronunciar-se sobre os mesmos, endereçando comentários, sugestões e contributos em relação às soluções apresentadas.

Convida-se, assim, os agentes do mercado, os investidores, os académicos e o público em geral a pronunciarem-se sobre o documento ora apresentado.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos

O presente processo de consulta decorrerá entre o dia 25 de julho de 2018 e o dia 10 de setembro de 2018. Assim, as respostas ao presente documento de consulta devem ser submetidas ao BCV até ao próximo dia 10 de setembro de 2018.

No âmbito do processo em curso, tendo em especial atenção a novidade e complexidade das matérias em questão, mostra-se essencial aferir a sensibilidade do público e atender às preocupações do mercado, dos seus agentes e participantes, relativamente às diversas matérias que são agora objeto de regulamentação.

Os contributos devem ser remetidos, preferencialmente, para o endereço de correio eletrónico: cretamozo@bcv.cv. As respostas à consulta pública podem, igualmente, ser remetidas por correio normal para a morada da sede do BCV: Avenida Amílcar Cabral C.P. 101 Praia.

Por razões de transparência, o BCV propõe-se publicar os contributos recebidos ao abrigo desta consulta. Caso o respondente se oponha à referida publicação deve comunicá-lo expressamente no contributo enviado.

Qualquer dúvida ou esclarecimento adicional sobre a presente consulta pública pode ser elucidada pelo Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras.



Banco de Cabo Verde

Gabinete do Governador e dos Conselhos